

Convocação põe Congresso contra parede

Parlamentares terão de votar pauta do governo

BRASÍLIA — Mesmo com a cobertura constitucional que garante a convocação extraordinária do Congresso cinco dias após a edição de medidas provisórias, o presidente Fernando Collor decidiu convocar os parlamentares para votar cinco medidas entre os dias 7 e 31 deste mês. “Com a iniciativa da convocação, Collor garantiu que nenhuma outra proposição será examinada neste período, evitando riscos para o governo”, explicou o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), lembrando que a prerrogativa de definir a pauta de votação cabe ao autor da convocação.

Ao estabelecer a pauta de vota-

ção, o presidente também evitou a dupla convocação do Congresso este mês. É que no dia 17 esgota-se o prazo constitucional de 30 dias que o parlamento tem para apreciar três outras medidas provisórias — as que tratam das mensalidades escolares, da extinção ou privatização do Lloyd Brasileiro e a que estabelece novas alíquotas para o Imposto Territorial Rural (ITR). Se o governo tivesse de reeditar as medidas, seria necessária uma segunda convocação.

“O presidente também está tentando salvar as novas regras de cobrança do ITR ainda para 91”, avalia o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS). Segundo Ponte, caso Collor reeditasse essa medida agora, ela só poderia ser aplicada em 1992, pois a Constituição estabelece que novos impostos têm que ser

criados no ano anterior à sua entrada em vigor.

A convocação extraordinária do Congresso Nacional corre o risco de não produzir nenhum efeito prático. O próprio vice-líder do governo, deputado Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP), prevê que não vai haver quórum para votações. “Não tenho dúvidas de que a política salarial só será examinada pelo novo Congresso que assume em fevereiro”, disse. Mais do que apostar na ausência dos parlamentares, o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), acha que o presidente Collor recebeu uma advertência sua, no sentido de que a convocação no recesso desmoralizaria de vez o Congresso.

“No primeiro encontro que tive com o presidente, há cerca de um mês, pedi a ele que não convocasse

o Congresso no recesso e, inclusive, deixei com ele um documento escrito garantindo que não haveria quórum, mas a desmoralização do parlamento, o que não interessava a ninguém”, conta Amaral. O líder do maior partido da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), não acredita que se confirmem as previsões de falta de quórum. “Os deputados vão comparecer”, garantiu. “Se não houver quórum, a vergonha será para os governistas que, mesmo convocados pelo presidente, não compareceram”, provocou o petista José Genoíno (SP). A seu ver, a convocação é mais um ato de Collor em confronto com o Congresso. “Ele quer sempre ser a pessoa que toma a iniciativa de tudo”, completou o líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco (PR).